

Coalizão ou impasse

A teoria é quase tautológica. Quanto mais partidos representativos houver numa democracia, maior é a propensão a que o governo seja uma coalizão entre duas ou mais legendas. Vale para o presidencialismo e o parlamentarismo.

A realidade é que começa a dificultar as coisas —e a realidade brasileira as complica especialmente.

Aqui se decantou, ao longo de 30 anos de vigência desta Constituição, a combinação peculiar entre um presidente da República forte, embora menos do que era na largada, e um Congresso cada vez mais poderoso como instituição mas, paradoxalmente, ultrafragmentado na sua composição partidária.

O presidente, para realizar a sua agenda, necessita do Poder Legislativo. A coordenação de deputados e senadores em maiorias estáveis, porém, tornou-se tarefa mais difícil com o passar do tempo.

Para piorar, os mecanismos de incentivo às boas práticas administrativas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, atuam concentradamente sobre o chefe do Executivo.

Parlamentares adquiriram poderes —como o de evitar abusos nas medidas provisórias— e pleiteiam outros —como a execução obrigatória de mais um pedaço do Orçamento—, mas ainda atuam num vácuo de responsabilização e sob controle partidário evanescente.

Continuam livres para explodir pautas-bomba, que demolem o futuro em nome de imediatismos.

Acrescente-se o fortalecimento recente de organizações de controle do poder representativo, como o Ministério Público, a Polícia Federal e o Tribunal de Contas da União.

Tudo somado, o impasse parece ter-se tornado o resultado inercial da governança política no Brasil. Para lá o processo ruma, salvo quando muito esforço, engenho e arte são empregados pelas lideranças eleitas no sentido contrário.

Os debates para reformar o sistema da representação são longos e controversos. É provável que inovações, como a cláusula de desempenho e a proibição de coligações em pleitos para deputado, ajudem a inverter, até certo ponto, a tendência ao despedaçamento partidário.

Há quem pregue remédios mais ousados e incertos. É o caso do chamado semipresidencialismo, em que uma figura parecida à de um premiê surgiria. O debate, de todo modo, é necessário e bem-vindo.

No curto prazo, no entanto, nada será capaz de substituir, como antídoto à paralisia decisória, a iniciativa e a capacidade de trabalho concertado das lideranças que a população e os partidos escolheram. Ou se entendem, ou o Brasil afunda de volta na recessão econômica e na bagunça administrativa.

Os presidentes da República, Jair Bolsonaro (PSL), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), precisam dar por encerrado o período das escaramuças. Passa da hora de trabalharem em harmonia pelo país.

Orçamento e gratificações movem disputa pela PGR

MPF. Corte de gastos e pressões ligadas a interesses da instituição definirão escolha do próximo procurador-geral da República; atual titular, Raquel Dodge sofre resistência

Marcelo Godoy

O próximo procurador-geral da República terá de cortar gastos da instituição e fechar procuradorias em municípios do interior, além de enfrentar pressões ligadas à defesa de interesses da corporação, como a institucionalização da lista tríplice para escolha do chefe do Ministério Público Federal (MPF). Neste contexto, a disputa pela chefia do Ministério Público Federal tem como um dos temas principais a recomposição dos vencimentos da carreira, que perdeu o direito ao auxílio-moradia em 2018.

Com um orçamento previsto de R\$ 4 bilhões e uma folha de pagamento que cresce ano a ano, o MPF deve encolher de tamanho para cumprir a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o teto de gastos, e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Também terá de definir prioridades para atuação de seus integrantes em meio a divisões na carreira que opõem os jovens aos velhos, conservadores e progressistas, o topo e a base da carreira e os integrantes da Lava Jato e os que

criticam decisões da força-tarefa de Curitiba. "Em face dos limites referentes ao novo regime fiscal, será necessário um enxugamento vigoroso de gastos de custeio", afirmou o subprocurador-geral Mario Bonsaglia, um dos candidatos ao cargo.

Ele esteve entre os três mais votados pela categoria nas duas últimas eleições para procurador-geral feitas pela Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR). Na década passada, o MPF pôs em prática um plano de expansão de suas sedes, criando procuradorias no interior dos Estados. A limitação orçamentária fez o órgão fechar sedes no Rio Grande do Sul e no Paraná em uma movimento que deve crescer. São Paulo, por exemplo, tem 33 sedes no interior do Estado. O Amazonas tem duas.

Concurso. O limite prudencial dos gastos com salários do MPF é de 60% da despesa líquida corrente da instituição, algo ainda não atingido. Aqui também a Procuradoria teve de controlar suas despesas. Um exemplo disso é que só 17 dos 47 aprovados no último concurso para a carreira (2016) foram convocados. Atualmente, existem 1.151 procuradores da República no País. A Emenda Constitucional do Teto, nas palavras de um procurador,

"pegou o MPF no contrapé". A instituição, por meio de lei de 2013, devia aumentar até 2020 seus quadros com 660 novos procuradores. O plano atrasou e, quando a emenda foi aprovada, menos de 10% dos cargos tinham sido preenchidos.

"É o grande desafio de equalizar as despesas. Há necessidade de racionalizar processos para compatibilizá-los com as demandas de atuação cada vez mais crescentes", disse o subprocurador-geral Nicolao Dino, outro candidato ao cargo. Ligado ao ex-procurador-geral Rodrigo Janot, Dino ficou em primeiro lugar na lista tríplice de 2017, mas foi preterido pelo então presidente Michel Temer, que escolheu Raquel Dodge, a segunda colocada. A associação faz desde 2003 a eleição para a lista tríplice. Apesar de a lista não ter previsão legal, os presidentes desde então têm usado seu resultado para escolher o novo procurador-geral.

"Nós acreditamos que a lista deve ser institucionalizada", afirmou José Robalinho. Presidente da ANPR, ele é outro nome lembrado pelos colegas como candidato à sucessão de Raquel. A procuradora-geral enfrenta resistências para se reeleger para o cargo em razão dos atritos que colecionou. Ela foi contra o fundo criado pela Lava Jato em Curitiba





para gerir R\$ 2,5 bilhões em multas pagas pela Petrobrás nos Estados Unidos. Também resistiu à regulamentação imediata da Gratificação por Exercício Cumulativo de Ofício (Geco) logo após os procuradores perderem o auxílio-moradia, em 2018.

A Geco teria um impacto de cerca de R\$ 30 milhões na contas do MPF – o auxílio-moradia saía por R\$ 100 milhões por ano. "Ela já existe na

Justiça Federal", disse Dino. O procurador-geral ganha o mesmo que um ministro do Supremo Tribunal Federal (R\$ 39,3 mil). Os subprocuradores-gerais recebem 5% a menos e, a cada nível hierárquico inferior – procuradores regionais e procuradores da República –, o salário desce 5%. "Com o fim do auxílio- moradia, a queda nos vencimentos dos procuradores foi de cerca de R\$ 1 mil em média. Nossa defasagem salarial está em 27%",

disse Robalinho.

O atual processo eleitoral na PGR é marcado por críticas internas. Para um subprocurador ouvido pelo Estado, a adoção da lista tríplice transpôs para a instituição os vícios eleitorais, como o "fisiologismo" e o "clientelismo". Segundo ele, esse processo resultou numa disputa geracional, com base "na ideia de que não existe hierarquia, e sim horizontalidade institucional".

OS NOMES LEMBRADOS PARA O CARGO

● Abaixo, os mais cotados para compor a lista tríplice, processo usado para a eleição do novo PGR

SUBPROCURADORES-GERAIS DA REPÚBLICA



**Luciano
Mariz Maia**



**Nicolao
Dino***



**Mario
Bonsaglia***



**Augusto
Aras**

PROCURADORES-REGIONAIS DA REPÚBLICA



**Lauro Pinto
Cardoso***



**Vladimir
Aras***



**José
Robalinho**



**Blal
Dalloul***



**Januário
Paludo**

PROCURADOR DA REPÚBLICA



**Deltan
Dallagnol**

**Reunião:
3 de abril**

Candidatos devem se encontrar para definir as regras da consulta para fazer a lista tríplice

Eleição:

Entre maio e junho

**Posse do novo
procurador-geral:
Setembro**

* PROCURADORES QUE DEVEM COMPARECER A REUNIÃO DO DIA 3

Regras para a lista tríplice ainda serão definidas

Pelo menos cinco candidatos a procurador-geral da República devem comparecer à reunião na quarta-feira na Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) para a definição das regras para a elaboração da lista tríplice – os subprocuradores-gerais Mario Bonsaglia e Nicolao Dino e os procuradores regionais Lauro Pinto Cardoso, Vladimir Aras e Blal Dalloul.

Além da atual procuradora-geral, Raquel Dodge, os nomes de outros cinco também são lembrados pelos colegas para o cargo: os subprocuradores-gerais Luciano Maia e Augusto Aras, os procuradores regionais José Robalinho e Januário Paludo e o procurador Deltan Dallagnol. Pela primeira vez, um procurador regional tem chance de estar entre os três mais votados. Dino e Cardoso são ligados ao ex-procurador-geral Rodrigo Janot. Vladimir Aras tem o apoio dos procuradores mais jovens que não concordam com o fato de que

o procurador-geral deve ser um dos subprocuradores-gerais, nível mais alto da carreira.

Dalloul e Bonsaglia são outsiders. Já a força de Robalinho vem do fato de que três dos candidatos mais bem votados desde 2003 terem sido ex-presidentes da ANPR – Dino, Janot e Roberto Gurgel. Embora o presidente Jair Bolsonaro não tenha se comprometido a escolher o futuro PGR por meio da lista, a expectativa na carreira é que isso ocorra. Outra polêmica da eleição do novo procurador-geral é a participação dos aposentados na votação.

Há 198 associados da ANPR que estão aposentados e tiveram direito de votar nas eleições anteriores. É que a lista da ANPR era associativa. Os procuradores querem transformá-la em uma lista do Colégio dos Procuradores, o que limitaria a eleição aos integrantes da ativa. A decisão deve sair nesta semana. / M.G.